

POLÍTICA E IMPRENSA:
ALGUNS EXEMPLOS EM 1928(*)

Carlos Alberto Vesentini(**)

ABSTRACT

In order to point out a problem of historical documentation, the author examines some newspapers of 1928, specifically chosen for this purpose. These press organs convey "revolutionists" as well as "revolution" as a universe of force (a form to be given to politics). In this sense such newspapers may be considered as consubstantiating political practice. When they are seen only as sources, this practice is not completed at a given moment, but projects into the present.

Em fins de 1930, passado já o outubro amplamente memorizado, certa continuidade de seu dia 24 decorre com a destruição e incêndio de sedes de partido (o P.R.P. pode dizê-lo) e, curiosamente, de vários jornais, em São Paulo. Ocorre o mesmo no Rio.

Um texto da época, dentre os inúmeros então redigidos⁽¹⁾, comenta essas ações — aparentemente seguindo um plano organizado —, citando o *Correio Paulistano*, *Gazeta*, *Folha da Manhã* e outros.

Essa observação foi feita no interior de uma análise, de um balanço, sobre 1930, criticamente abordado como negativo, em ótica claramente vinculada às posições do P.R.P. Em suas primeiras páginas o autor preocupou-se com a "causalidade" daquele momento fatídico e, se inicia estas pela presença da crise social trazida pela crise do café, logo acentua claramente também o papel da imprensa:

"Alguma coisa, porém, na nossa imprensa se verifica que não é simplesmente a imperfeição que o tempo e mais favoráveis circunstâncias devam por si sós eliminar.

(*) Texto apresentado em simpósio do Seminário "Fontes Primárias para a História do Brasil", no 5.º Congresso Brasileiro de Arquivologia, Rio de Janeiro, 21/10/1982.

(**) Do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

(1) Renato Jardim — *A Aventura de Outubro e a Invasão de São Paulo*, 2.ª ed., RJ, Civilização Brasileira Editora, 1932, pp. 143-44.

É o fato, pouco auspicioso, que na nossa imprensa periódica vão surgindo e prosperando, duas espécies de jornais que não constituem o elemento mais capaz de servir ao bem público: uma, a dos que têm por orientação e por fonte de renda — meio de atrair a clientela — o ataque sistemático, fundado ou não, ao governo e aos homens do governo; outra, a dos que fundados e mantidos por capitais de magnatas de grandes empresas industriais, e para a defesa dos interesses destas, têm a sua redação, para os efeitos comuns, entregue com ampla liberdade a jovens jornalistas, pouco experientes, pouco preparados para a missão de que os incumbem, por vezes cheios de “ideologias” mal digeridas e indigestamente assimiladas, e que põem as colunas de periódicos num certo sentido bem feitos e atraentes, a serviço de péssimas causas. . .

Além dessas duas espécies, uma outra há, não menos capaz do mal público, e que mais conscientemente o pratica: a de certos jornais bem cuidados no ponto de vista intelectual e material, inteligentemente dirigidos como empresa comercial, e que . . . prennent leur bien ou il se trouve.

Esse jornalismo fez obra, e de vulto, para a “revolução” de 1930. A consciência disso é justamente o que ora leva o ministro Oswaldo Aranha e o chefe de polícia Baptista Luzardo a lhe trancarem a voz, com rigor jamais visto, mesmo ao tempo de Arthur Bernardes”⁽²⁾.

Não é exatamente essa ação, a da destruição desses órgãos de imprensa, onde pretendo centrar-me, embora tenha sido menos feliz sua memória. Nem no listar todo o conjunto atacado⁽³⁾, afinal o autor lembrou apenas alguns, em São Paulo, ou examinar a acusação de plano organizado.

Também sua informação periodizadora, a da grande liberdade de imprensa entre o fim do governo Arthur Bernardes e a queda de Washington Luís, não será minha questão. Creio poder deixar de lado, apenas referindo de passagem, essas aspas na revolução, isto é, 30 o autor vê, mas a revolução de, bem menos. Desejo chamar a atenção para o peso dado à imprensa nesse acontecimento. No destaque dado à crítica de 30 —

(2) Idem, pp. 15-17.

(3) Flávio Galvão, em *O Estado de S. Paulo*, no *Suplemento do Centenário*, n.º 43, de 29/11/75, em artigo intitulado “A liberdade de informação no Brasil — III”, indica, no Rio de Janeiro, *O Paiz*, a *Agência Americana*, *Gazeta de Notícias*, *A Notícia*, *A Crítica*, *A Vanguarda*, *A Noite*, e, com menos violência, *O Jornal do Brasil*; para São Paulo lista o *Correio Paulistano*, *A Gazeta*, *Fanfulla*, *Deutsche Zeitung*, *Il Piccolo*, *Folha da Manhã* e *O Combate*.

isto é, para o autor, queda do governo anterior — sobressai o papel da imprensa. E exatamente dos jornais “incapazes de servir ao bem público” — os dotados dessa singular capacidade, ao que parece, tinham bem menos força.

Não vou separar os três procedimentos vistos nesse “ataque sistemático... ao governo”, nas “péssimas causas” advindas de “ideologias mal digeridas” ou a pregação livre da revolução, logo após março de 1930, haja visto sua confluência no mesmo resultado. Colocaram a massa da população, moveram-na — não esquecer o papel dos “demagogos” soltos, nessa imprensa — contra o governo anterior e de tal forma que este não consegue articular a resistência, no conhecido outubro.

Estes “demagogos”⁽⁴⁾, citados Maurício de Lacerda e Baptista Luzzardo, expressando-se nesses jornais, sem dúvida tiveram imenso sucesso nesse “atrair a clientela”, confissão desgostosa do autor. E se as páginas desses diários os veiculam, é claro que se entrevê certa identificação entre imprensa, intelectuais e população leitora.

Essa questão e esse texto ilustram um ponto a analisar aqui. Se em Renato Jardim encontro uma versão, além desta tenho em mãos um problema. Como entender esses jornais enquanto *documento*, a ser trabalhado pelo historiador? Devo *reduzi-los* apenas à condição de textos onde leio um conjunto de informações que eles me apresentam ou então descrevo-os? Se o fizer, corro o risco de perder exatamente o ângulo entrevisto acima, esses jornais, em sua peculiar interação com certos intelectuais e com certo público leitor, aparecem não como folhas mortas, mas dotados de *ação*. Estou diante do significado do documento enquanto sujeito⁽⁵⁾. Ou melhor, essa imprensa, nesse caso, expressa a luta política, e as páginas desses diários não podem isolar-se dessa condição, elas são *prática* política de sujeitos atuantes.

Quaisquer órgãos de imprensa, em qualquer momento? Renato Jardim fala a partir de uma situação definida, defende com clareza uma posição e cita jornais veiculados a posições do P.R.P. Sem dúvida, temos aí a ponta de uma memória e esta supõe seleção e exclusão.

Se o autor iniciou e projetou uma memória, caracterizando 30, na questão da queda do governo, procurando evitar o olvido de posições perreptistas apresentadas como geral, como São Paulo, não vejo porque

(4) Renato Jardim — *Idem*, p. 21.

(5) Observações percutientes foram elaboradas a esse respeito por Adalberto Marson, em artigo denominado *Reflexões sobre o procedimento histórico*, debatido no Simpósio “Relação Sujeito/Objeto na História”, SBPC, julho de 1982, mimeografado.

deixar de retomar, enquanto ação, enquanto prática, dois dos diários atin-
gidos pelas mesmas depredações citadas a propósito do *Correio Paulistano*,
O Combate, em São Paulo, e *A Crítica*, no Rio de Janeiro. Unindo-os
com *A Esquerda*, do Rio, darão a perspectiva adotada aqui.

A referência a março e a outubro de 30 coloca ao exame, projetado
pelos próprios agentes, a conjunção revolucionários, liberais, oligarquias
dissidentes — mais que isso, Arthur Bernardes, Epitácio Pessoa, Minas
e Rio Grande do Sul, não envolvem apenas dissidentes. Entretanto, re-
cuando um pouco e procurando a expressão de outros agentes, posso
encontrar outra conjunção, convivendo claramente em *O Combate*, de São
Paulo — exclui-se oligarquias, dissidentes ou não, e encontra-se o traba-
lho, através de organização própria (o BOC) ou referido apenas como
respaldo de revolução ou transformação a alcançar, e onde a classe ope-
rária teria uma função. Percebe-se aqui um momento de acirramento da
luta política, onde apresentam-se várias propostas divergentes de reorde-
nação social. Elas aparecem na imprensa e, nesse sentido, *O Combate*⁽⁶⁾
torna-se um órgão privilegiado de leitura para o historiador, uma vez que
nele coexistem, através de acordo tácito, três setores dotados de sugestões
alternativas; este diário, especificamente selecionado, mostra claramente os
pontos onde tal entendimento foi possível, permitindo também a existên-
cia e apresentação de pontos peculiares a cada um deles. Nessas mesmas
condições tornou-se possível entrever o papel de Maurício de Lacerda,
político que adquire expressão no âmbito desse conjunto, à medida que
consegue aparecer como portador de uma proposta abrangente, tentando
dar direção e sentido para os três setores de oposição.

A Esquerda e *A Crítica*, no Rio de Janeiro, podem ser vistos sob o
mesmo prisma, aproximando-se o primeiro de *O Combate*, e onde as ten-
sões do acordo transparecem, incidindo no papel do BOC. *A Crítica* já
caracteriza as áreas de rompimentos, onde o choque pela direção do mo-
vimento, especialmente quanto ao papel da classe operária e do BOC,
torna-se visível. Encerrado o acordo tácito, definir-se-á outro momento.

Acordo possível, por algum tempo, e levando em conta as inúmeras
diferenças específicas, quanto à revolução, quanto ao sujeito, quanto ao
parlamento e sistema eleitoral. Quanto ao que entendem por oligarquia,
inimigo comum. Entendimento perceptível nas páginas desses jornais. Des-
tacarei apenas um quesito, bastante espinhoso, do mesmo, em duas citações:

“No reconhecimento do operário Minervino de Oliveira,
diplomado no pleito municipal, sustentamos, com afinco, a
legitimidade e a verdade dos sufrágios populares. . .

(6) Ver E. de Decca — *O Silêncio dos Vencidos*, SP, Brasiliense, 1981.

Cidadãos eleitos por cidadãos, cidadãos que emergiram de surpresa das urnas, numa quase inverossímil vitória de um grupo obscuro contra a política dos conchavos e do suborno, a desmoralizada máquina da indústria eleitoral, os candidatos do proletariado venceram no pleito; a junta apuradora reconheceu-lhes os sufragios do triunfo, ao crysol do exame mais cuidadoso; dest'arte, depurá-los constituiria um roubo; depurá-los importaria num desafio torpe ao operariado, que aspira à ordem e à justiça; depurá-los equivaleria a uma viltá arrogada aos que lutam e sofrem, e isto, sim, poderia determinar incômodos sérios...”(7).

E, no mesmo sentido:

“Agitem-se os operários e camponeses em torno de suas aspirações. Agitem-se com energia e confiança. E se agitem, não como ambiciosos vulgares à cata de posições rendosas, mas como representantes de uma classe que trabalha, que produz, e que constrói, não podendo, dest'arte, viver ao sabor das arbitrariedades da classe dominante e de seus partidos.

Agitem-se os operários e camponeses. Agitem-se como produtores reclamando um pouco do que produzem. Agitem-se como valores que são da imensa maioria do povo. Agitem-se como classe!”(8).

Mais que defesa de um princípio, além da advertência, acima da propaganda, existe nesses trechos uma *proposta*. Ela pretende re-instituir a nação. Não é a única e o acordo está desfazendo-se, tornando-se *arena*. No entanto, ao seu redor, e pela sua força, o tema da revolução, a idéia da liderança de Luís Carlos Prestes, e a presença marcante da figura de Maurício de Lacerda, difundindo-a e ordenando-a enquanto discurso dão um tom peculiar a esse momento.

E se cada uma delas é vista como revolução, há um item nesses elementos comuns, nesses órgãos de imprensa, definidor do como encaram outro ângulo da política. É Luís Carlos Prestes, é seu papel. Ele é apresentado como líder da revolução brasileira. É a política enquanto “espaço da força”, é a exclusão do papel de sujeito no que tange à classe operária.

(7) *A Crítica*, RJ, 24/11/1928, editorial.

(8) *O Combate*, SP, 31/1/1928; já comentei os dois trechos citados no artigo “A Fulguração Recorrente”, em *Tudo é História*, n.º 2, SP, Brasiliense, 1977.

Criar o “sujeito revolucionário”, apresentá-lo como real, é obra firme em *A Esquerda*. Torna-se o problema do momento e sua projeção alcançou-nos sob o tema do tenentismo. O debate sobre a natureza deste, se expressivo da classe média ou da instituição militar⁽⁹⁾, é conhecido por todos.

Desejo ver outro ângulo, aquele apresentado, aí, como o dos “revolucionários” dos dois “5 de julho”. Elementos firmes do acordo e da arena, portadores de uma ou mais propostas? Mera idéia, fantasma, gerada enquanto tal pela imprensa?

Defensores de genérica “revolução”, militares e civis, exilados ou não, os há. Avessos ao parlamento. Basta? Não creio e, para minha desconfiança, examino a crítica e a luta, contra essa perspectiva, empreendida pelo BOC/PC. Elementos da pequena burguesia, forma de luta desta. E rompimento conseqüente com Maurício de Lacerda. Pergunto: rompimento com uma proposta, divergente, ameaçando realização?

Ora, a inconsistência dos “revolucionários” dos dois “5 de julho” foi muito ressaltada. Agora, se invertermos um pouco e lembrarmos o problema do “sujeito revolucionário” como um a criar, existe algo a examinar nesse conjunto formado por jornais, intelectuais armados de proposta e espaço de atuação. Esse conjunto, mesmo com diferenças, não pretende nenhuma efetivação através do voto e do sistema parlamentar — revolução aí aproxima-se em demasia da força e da luta armada. A necessidade do sujeito decorre daí. Política enquanto “espaço da força” e “revolucionários” se complementam, num leque incluindo intelectuais, jornais, por onde cresce e se difunde essa percepção, a ligar-se a esses jovens, disponíveis, militares e civis, advindos dos “5 de julho”.

A exclusão de uma mobilização própria à classe operária e de uma dualidade de poderes através desta, pode mostrar-nos os rumos dessa força de “atração” empreendida nesses diários através da criação do “sujeito revolucionário”. Luís Carlos Prestes como tácito e comum a todos envolve também o crescimento da percepção de “revolução” enquanto pura *forma*: é a política enquanto “universo da força”.

(9) Maria Cecília Spina Forjaz, em dois livros, *Tenentismo e Aliança Liberal (1927/1930)*, SP, Polis, 1978, e *Tenentismo e Política (Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República)*, Paz e Terra, SP, 1977, além de examinar cuidadosamente as duas vertentes, mostrou sua não exclusão, a possibilidade de serem conciliadas.